

ENERGIA ELÉTRICA

Descontratada após leilão A-1, distribuição deve elevar tarifas

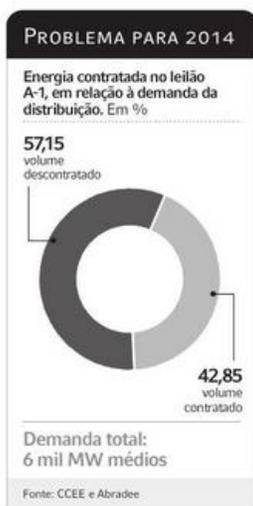
Impacto tarifário em 2014 vai variar entre 3 e 6 pontos percentuais; exposição ao mercado de curto prazo pode exigir novos repasses do Tesouro às empresas

SÃO PAULO

O leilão de energia existente A-1, para suprir a demanda das distribuidoras nos próximos um a três anos, foi finalizado ontem com a contratação de 2.571 megawatts médios (MwM). O resultado representa menos da metade da demanda do setor de distribuição, de 6 mil MwM. Com isso, as concessionárias precisarão continuar comprando energia no mercado de curto prazo em 2014, para suprir volume de 3.429 mil MwM que ficou descontratado, custo que deverá ser repassado aos consumidores nas tarifas.

Uma segunda consequência da descontratação deverá ser a necessidade de novos repasses via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ao setor, uma vez que a situação de caixa das distribuidoras não permitirá a elas arcar com o custo adicional. De janeiro a novembro, a transferência de recursos à distribuição via CDE somou R\$ 12,9 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) — sendo que o Tesouro Nacional já repassou R\$ 7,85 bilhões em dinheiro público à conta, via emissão de título.

Por fim, um efeito indireto será



que o mercado livre de energia deve ganhar competitividade em 2014, diante deste resultado do leilão. Isso porque o ambiente regulado e o livre competem por consumidores e um aumento de custo no mercado cativo torna a alternativa mais atraente.

Tarifas mais caras

“O quadro permanece complicado para 2014, pois continua a exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo”, lamenta o presidente da Abradee, Nelson Leite. Segundo cálculo da entidade, caso o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no próximo ano fique entre R\$ 160 a R\$ 240 por MWh, o impacto da exposição poderá variar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4,1 bilhão.

“Outra questão é que esta

energia, que foi comprada a um preço médio de R\$ 177,22 no leilão A-1, está a R\$ 110 na tarifa. A distribuidora vai pagar esse preço em 1º de janeiro e só vai poder repassar no primeiro evento tarifário. Empresas com evento tarifário no fim do ano terão que carregar esse custo durante muitos meses”, diz. Assim, o impacto do carregamento é estimado em R\$ 1,5 bilhão. Somados, os dois montantes podem resultar em R\$ 3 bilhões a R\$ 5,6 bilhões.

Assim, o impacto tarifário estimado pela Abradee pode variar de 3 a 6 pontos percentuais, dependendo do PLD em 2014 — que pode ser maior ou menor conforme o volume de chuvas. Leite frisa porém que o repasse às tarifas irá variar entre as concessionárias, pois há distribuidoras mais ou menos descontratadas e com datas de reajustes tarifários em diferentes momentos do ano.

Como resolução para o problema de caixa que se coloca, o representante da Abradee diz que não há soluções prontas, uma vez que era preciso esperar o resultado do leilão. “A partir de amanhã precisamos trabalhar junto ao governo numa solução para que as distribuidoras possam sobreviver. Uma alternativa possível seria a prorrogação do Decreto 7.945, que resolveu o problema em 2013 com uso da CDE”, disse.

As bandeiras tarifárias, que poderiam reduzir a necessidade de repasses da conta e entrariam em vigor no início de 2014, foram adiadas ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para janeiro de 2015. O sistema

permite repassar aos consumidores mensalmente o custo das térmicas. “Se os despachos térmicos continuarem elevados em 2014, precisaremos de uma solução também para este custo”, diz.

Contexto

Em 2013, os custos das distribuidoras foram afetados pela pouca chuva no ano, que resultou num acionamento de térmicas acima do comum, para compensar o baixo nível dos reservatórios hidrelétricos. Outro fator de impacto foi a opção das geradoras Cesp, Cemig e Copel de não aderirem à renovação antecipada das concessões pela MP 579, o que obrigou as distribuidoras a comprar energia no curto prazo para suprir sua demanda. Para manter o plano de investimento das concessionárias e evitar inadição na cadeia, foi estabelecida a transferência de recursos da CDE às distribuidoras.

“O setor está provadamente insustentável”, sentencia o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Salles. “Para mitigar o problema dessa insustentabilidade, o governo fez aportes via Tesouro. Agora, num momento em que a situação fiscal brasileira está em trajetória negativa, com dificuldade de cumprimento de metas de superávit, há uma ameaça sobre o setor elétrico ainda maior”, avalia o consultor.

THAIS CARRANÇA

Publicamos 5.180 reportagens sobre

ENERGIA ELÉTRICA

www.dci.com.br

O leilão de energia existente A-1, para suprir a demanda das distribuidoras nos próximos um a três anos, foi finalizado ontem com a contratação de 2.571 megawatts médios (MWm). O resultado representa menos da metade da demanda do setor de distribuição, de 6 mil MWm. Com isso, as concessionárias precisarão continuar comprando energia no mercado de curto prazo em 2014, para suprir volume de 3.429 mil MWm que ficou descontratado, custo que deverá ser repassado aos consumidores nas tarifas.

Uma segunda consequência da descontração deverá ser a necessidade de novos repasses via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ao setor, uma vez que a situação de caixa das distribuidoras não permitirá a elas arcar com o custo adicional. De janeiro a novembro, a transferência de recursos à distribuição via CDE somou R\$ 12,9 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) - sendo que o Tesouro Nacional já repassou R\$ 7,85 bilhões em dinheiro público à conta, via emissão de título.

Por fim, um efeito indireto será que o mercado livre de energia deve ganhar competitividade em 2014, diante deste resultado do leilão. Isso porque o ambiente regulado e o livre competem por consumidores e um aumento de custo no mercado cativo torna a alternativa mais atraente.

Tarifas mais caras

"O quadro permanece complicado para 2014, pois continua a exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo", lamenta o presidente da Abradee, Nelson Leite. Segundo cálculo da entidade, caso o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no próximo ano fique entre R\$ 160 a R\$ 240 por MWh, o impacto da exposição poderá variar entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 4,1 bilhão.

"Outra questão é que esta energia, que foi comprada a um preço médio de R\$ 177,22 no leilão A-1, está a R\$ 110 na tarifa. A distribuidora vai pagar esse preço em 1º de janeiro e só vai poder repassar no primeiro evento tarifário. Empresas com evento tarifário no fim do ano terão que carregar esse custo durante muitos meses", diz. Assim, o impacto do carregamento é estimado em R\$ 1,5 bilhão. Somados, os dois montantes podem resultar em R\$ 3 bilhões a R\$ 5,6 bilhões.

Assim, o impacto tarifário estimado pela Abradee pode variar de 3 a 6 pontos percentuais, dependendo do PLD em 2014 - que pode ser maior ou menor conforme o volume de chuvas. Leite frisa porém que o repasse às tarifas irá variar entre as concessionárias, pois há distribuidoras mais ou menos descontratadas e com datas de reajustes tarifários em diferentes momentos do ano.

Como resolução para o problema de caixa que se coloca, o representante da Abradee diz que não há soluções prontas, uma vez que era preciso esperar o resultado do leilão. "A partir de amanhã precisamos trabalhar junto ao governo numa solução para que as distribuidoras possam sobreviver. Uma alternativa possível seria a prorrogação do Decreto 7.945, que resolveu o problema em 2013 com uso da CDE", disse.

As bandeiras tarifárias, que poderiam reduzir a necessidade de repasses da conta e entrariam em vigor no início de 2014, foram adiadas ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para janeiro de 2015. O sistema permite repassar aos consumidores mensalmente o custo das térmicas. "Se os despachos térmicos continuarem elevados em 2014, precisaremos de uma solução também para este custo", diz.

Contexto

Em 2013, os custos das distribuidoras foram afetados pela pouca chuva no ano, que resultou num acionamento de térmicas acima do comum, para compensar o baixo nível dos reservatórios hidrelétricos. Outro fator de impacto foi a opção das geradoras Cesp, Cemig e Copel de não aderirem à renovação antecipada das concessões pela MP 579, o que obrigou as distribuidoras a comprarem energia no curto prazo para suprir sua demanda. Para manter o plano de investimento das concessionárias e evitar inadimplência na cadeia, foi estabelecida a transferência de recursos da CDE às distribuidoras.

"O setor está provadamente insustentável", sentencia o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. "Para mitigar o problema dessa insustentabilidade, o governo fez aportes via Tesouro. Agora, num momento em que a situação fiscal brasileira está em trajetória negativa, com dificuldade de cumprimento de metas de superávit, há uma ameaça sobre o setor elétrico ainda maior", avalia o consultor.